

## **IMIGRAÇÃO ALEMÃ E COLONIZAÇÃO NO SEGUNDO IMPÉRIO (1840-1889): constituindo a História Religiosa de Santa Catarina**

INMIGRACIÓN ALEMANA Y COLONIZACIÓN EN EL SEGUNDO IMPERIO  
(1840-1889): constituyendo la Historia Religiosa de Santa Catarina

GERMAN IMMIGRATION AND COLONIZATION IN THE SECOND EMPIRE  
(1840-1889): constituting the Religious History of Santa Catarina

Ademir Valdir dos Santos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5958-689X>

Elcio Cecchetti<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0946-320X>

### **Resumo**

O estudo objetiva analisar as influências da imigração alemã na formação do sistema religioso de Santa Catarina entre 1840 e 1889, contribuindo para a constituição de uma História Religiosa desse período. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa documental, embasada por fontes da Presidência de Província de Santa Catarina, analisados através de referenciais que tratam da imigração alemã para o Brasil no século XIX, considerando aspectos políticos, econômicos e socioculturais associados à colonização. Os resultados evidenciam que a História Religiosa de Santa Catarina é caracterizada pelos diversos arranjos históricos embasados nas ações de indivíduos e de coletivos, vinculadas à emergência de uma infraestrutura à serviço da religiosidade dos diversos segmentos da população, destacando o antagonismo entre as práticas socioculturais de católicos e protestantes luteranos. Mostra-se, ainda, que o sistema religioso constituiu uma estratégia de construção tanto da Província como do Império, relacionado ao engendramento de um espaço público influenciado pela imigração e colonização alemãs.

**Palavras-chave:** Imigração. Colonização. História Religiosa. Santa Catarina.

### **Resumen**

El estudio tiene como objetivo analizar las influencias de la inmigración alemana en la formación del sistema religioso de Santa Catarina entre 1840 y 1889, contribuyendo para la constitución de una Historia Religiosa de ese período. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación documental, sustentada por fuentes de la Presidencia de la Provincia de Santa Catarina, analizada a través de referencias que abordan la inmigración alemana a Brasil en el siglo XIX, a partir de aspectos políticos, económicos y socioculturales asociados con la colonización. Los resultados

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor associado do Centro de Educação (CED), Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [ademir.santos@ufsc.br](mailto:ademir.santos@ufsc.br)

<sup>2</sup> Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: [elcio.educ@gmail.com](mailto:elcio.educ@gmail.com)

### **Como referenciar este artigo:**

SANTOS, Ademir Valdir dos; CECCHETTI, Elcio. Imigração alemã e colonização no Segundo Império (1840-1889): constituindo a História Religiosa de Santa Catarina. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-25, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.6453>

muestran que la Historia Religiosa de Santa Catarina se caracteriza por diversos ordenamientos históricos basados en las acciones de individuos y colectivos, vinculados al surgimiento de una infraestructura al servicio de la religiosidad de diferentes segmentos de la población, destacando el antagonismo entre las prácticas socioculturales de católicos y protestantes luteranos. También se muestra que el sistema religioso constituyó una estrategia constructiva tanto para la Provincia como para el Imperio, relacionada con la creación de un espacio público influenciado por la inmigración y colonización alemanas.

**Palabras clave:** Inmigración. Colonización. Historia religiosa. Santa Catarina.

#### **Abstract**

The study aims to analyze the influences of German immigration in the formation of the religious system of Santa Catarina between 1840 and 1889, contributing to the constitution of a Religious History of that period. As for the methodology, it is a documentary research, supported by sources of the presidency of the Province of Santa Catarina, analyzed through references that deal with German immigration to Brazil in nineteenth century, considering political, economic and sociocultural aspects associated with colonization. The results show that the Religious History of Santa Catarina is characterized by various historical arrangements based on the actions of individuals and collectives, linked to the emergence of an infrastructure at the service of the religiosity of different segments of the population, highlighting the antagonism between the sociocultural practices of Catholics and Lutheran Protestants. It is also shown that the religious system constituted a construction strategy for both the province and the Empire, related to the creation of a public space influenced by German immigration and colonization.

**Keywords:** Immigration. Colonization. Religious History. Santa Catarina.

## **INTRODUÇÃO**

Ao propor uma epistemologia relativa à religiosidade, que nutre a constituição de uma História Religiosa, Julia (1988) afirma que as transformações religiosas são explicadas quando se compreende que as mudanças sociais geram modificações de ideias e desejos nos fiéis, o que transforma, obrigatoriamente, as partes constituintes do sistema religioso. Por conseguinte, podemos considerar que existem várias relações entre os fenômenos de base religiosa, a posição dos indivíduos na sociedade e os seus sentimentos religiosos. Em termos complementares:

A densidade de população, as comunicações mais ou menos extensas, a mistura de raças, as oposições de textos, de gerações, de classes, de nações, de invenções científicas e técnicas, tudo isso age sobre o sentimento religioso individual e transforma, assim, a religião [...] (JULIA, 1988, p. 106).

Consideradas tais premissas, pretendemos aliá-las a uma historiografia em construção, mediante o reconhecimento de que as práticas religiosas dos séculos passados

não são as mesmas da atualidade. Ou seja, as perspectivas associadas aos procedimentos e à fundamentação de base histórica transitam pela composição de regras de organização e funcionamento social num momento de configuração de um estado particular da religiosidade, da atividade de instituições sociais e do engendramento de um “sistema religioso”.

Diante disso, o presente estudo objetiva subsidiar a constituição de uma História Religiosa, analisando as influências da imigração alemã na constituição do sistema religioso de Santa Catarina no período entre 1840 e 1889, período em que houve grande estímulo à imigração e criação de legislação concernente. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa documental, embasada na utilização de relatórios e falas de Presidentes de Província de Santa Catarina relativos ao âmbito cronológico eleito, que são analisados à luz de uma seleção de autores que tratam da imigração alemã para o Brasil no século XIX, considerando aspectos políticos, econômicos e socioculturais associados às dinâmicas de colonização do território brasileiro.<sup>3</sup>

O texto está assim estruturado: na primeira seção, apresenta elementos para conceituação e caracterização dos processos de imigração e colonização alemã para a então Província de Santa Catarina durante o século XIX. Em seguida, analisa elementos constituintes de uma História Religiosa, por meio das discussões sobre o sistema religioso e aspectos da organização social impactada pela imigração e colonização alemãs. Por fim, traz algumas considerações conclusivas.

## **1 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃS PARA SANTA CATARINA**

Colonizar e prosperar. Esse binômio estabelece parâmetros para o tratamento das relações estabelecidas no contexto da imigração alemã para Santa Catarina, que principiou

---

<sup>3</sup> O conjunto totaliza 58 documentos congêneres, identificados como Relatórios, Falas e Exposições, assinados pelos diversos Presidentes que se sucederam na administração da Província no período indicado. Cabe assinalar que o presidente provincial era nomeado diretamente pelo imperador, sendo geralmente um político ou militar alinhado ao partido que ocupava o poder, fator que, por vezes, determinava frequente rotatividade. Todavia, é possível afirmar que constituíam uma elite letrada e que empreendia viagens pelo território nacional e até mesmo para o exterior. Diante disso, o procedimento analítico é embasado numa necessária seleção de conteúdos relacionados aos objetivos do estudo e, considerando as limitações de tamanho do texto, não focaliza a análise crítica das condições de produção e circulação das fontes.

no decorrer do século XIX. De acordo com Santos (2019, p. 329), “A imigração alemã trouxe para as paisagens naturais e humanas brasileiras um conjunto de interferências culturais, principiando no século XIX e se estendendo até as primeiras décadas da centúria passada.” Destarte, conforme destacam as pesquisas de Seyferth (1990), os imigrantes alemães entraram no Brasil como “colonos estrangeiros”, genericamente entendidos como sinônimo de trabalhadores destinados a substituir o “braço escravo” e a produzir alimentos; além disso, estavam subordinados às autoridades governamentais, que no nível mais próximo eram os administradores das colônias, e aos entraves burocráticos legais. Também é necessário considerar que a alocação desses indivíduos em áreas predeterminadas implicou diversas formas de arranjos comunitários e de relacionamento com o ambiente: no caso de destinação ao meio rural, algumas das colônias ficaram isoladas da população brasileira, ao mesmo tempo em que o convívio dos imigrantes nem sempre foi fácil, pois foram construídos estereótipos e preconceitos tanto da parte dos imigrantes como dos brasileiros. Devido à aglutinação de pessoas de mesma origem em grupos étnicos nutridos por valores culturais próprios, a imigração ocasionou mudanças sociais, quer no meio rural, onde temos os típicos “colonos”, quer no cenário urbano.

Ao considerarmos a análise documental empreendida, verificamos que na maioria das fontes os informes sobre a imigração alemã para a Província de Santa Catarina constam sob o título “Colonização”, embora também haja dados dispersos em outras partes. Essa conformação evidencia a importância da colonização como um fenômeno digno do cuidado das autoridades, porque foi associado às expectativas de substituição da mão de obra escrava e às vantagens que seriam obtidas com a introdução de novos métodos para a agricultura e a construção e uso de máquinas e instrumentos que já eram conhecidos na Europa: “He este hum objecto que ja tem merecido a vossa valiosa attenção, e que deve continuar a merecel-a” (SANTA CATARINA, 1841, p. 9).

O Presidente da Província menciona ainda o seu poder de estabelecer concessões para quem quisesse fundar colônias, mas também as dificuldades para conseguir quem atuasse na sua Direção ou Inspeção, cuidando da medição, da distribuição e aproveitamento dos terrenos (SANTA CATARINA, 1841). Identificamos também uma tabela que discrimina a “Demonstração das Despesas com a Colonização”, constituída “Com o estabelecimento de Colonias, Medição e Demarcação de terrenos para ellas”, que

totalizaram 2:000\$000, e “Com a compra de instrumentos geodésicos”, que custou 1:000\$000<sup>4</sup> (SANTA CATARINA, 1841).

Apresentamos ainda alguns dados referentes aos contextos da Província de Santa Catarina no período do Segundo Império, de modo a instruir as análises. Diante da necessidade de conhecermos a composição da população, recorremos a uma estatística que, segundo o administrador, devido ao fato de ter sido exigida dos Comandantes de Distritos, estava muito próxima de ser exata: “[...] o qual a fez montar a 66:218 almas, sendo 53:707 livres, e 12:511 escravos” (SANTA CATARINA, 1841, p.12).

Voltando o olhar para as políticas e ações de imigração, verificamos sua presença num documento que as associa a dois fatores: a preparação de lei sobre a colonização pela Assembleia Legislativa e os conflitos causados pelo não atendimento do contratualizado por parte dos empreendedores particulares, o que gerava recusa ao trabalho dentre os colonos e o abandono de colônias (SANTA CATARINA, 1846). O teor indica a complexidade do processo colonizador, na medida em que considera interesses que poderiam não se harmonizar em torno de um objetivo comum, a desejada prosperidade. Notamos também a existência de notícias dispersas na seção “Objectos Diversos”, onde um dos trechos revela que o Governo Imperial tinha enviado 304 colonos alemães à Província, os quais necessitariam de, pelo menos, um ano de provisão de alimentos e de outros itens de subsistência, à custa dos cofres públicos. (SANTA CATARINA, 1847).

Localizamos dois documentos sobre a colonização associados ao ano de 1850: um “Relatorio” e uma “Falla”. O primeiro esclarece sobre a criação de quatro colônias, uma delas denominada Santa Izabel<sup>5</sup>, ocupada por famílias alemãs e que tinha abundantes recursos a serem utilizados por essa força de trabalho:

[...] empreendida pelo Governo, composta de Alemaens, e que teve principio em Julho de 1847, é situada na nova estrada de comunicação das caldas da Imperatriz à Boa Vista [...] nella se tem feito muitos trabalhos; ha abundancia de pastos, animaes e plantaçoens; cada familia tem o seu engenho de farinha, e também alguns de assucar. (SANTA CATARINA, 1850a, p. 11).

<sup>4</sup> Durante o Império, a moeda era dada em “réis”. Sobre a sua notação, cabe lembrar que quando abreviada se limitava ao cifrão (\$) separando os mil-réis do resto. A casa dos milhões era separada por dois pontos, “1:000\$000”, ou simplesmente “1:000\$”, e a denominação era “conto-de-réis”.

<sup>5</sup> Note-se que as grafias variam, mediante o que optamos pela fidelidade à redação presente na fonte.



Em seguida aparece a colônia Piedade, também populada por alemães, que se dedicavam à lavoura: “[...] estabelecida nas terras da Armação da Piedade, [...] com aprovação do Governo Imperial [...] e é composta de 34 famílias Alemaens, a quem se distribuíram terras [...]; empregam-se na cultura da mandioca, cana, feijão, milho, e diversas outras plantações” (SANTA CATARINA, 1850a, p. 11-12).

Quanto à terceira área, chamada de Leopoldina, era um empreendimento particular iniciado com a ocupação por brasileiros, mas destinado à vinda de famílias de alemães, que fora retardada por problemas políticos que impediram a saída dos emigrantes da Alemanha (SANTA CATARINA, 1850a). E também havia sido criada a Colônia Príncipe Dom Afonso: “[...] principiada com colonos Sardos e Brasileiros, situada à margem do Tejuças grandes; tem 193 colonos de ambos os sexos nacionaes e estrangeiros (SANTA CATARINA, 1850a).

Ao final da seção temos aspectos da zona de imigração denominada São Pedro de Alcântara, não mencionada dentre aquelas colônias pelo fato de ter sido elevada à condição de Freguesia. Evidencia-se o seu desenvolvimento econômico, responsável pelo abastecimento da capital com vários produtos alimentícios, apesar dos obstáculos.

Não enumerei a colonia de S. Pedro d'Alcantara, creada com Alemaens a trez legoas da villa de S. José, à expensas do Governo, à mais de 22 annos, por estar ja hoje elevada a cathegoria de freguesia por lei provincial; [...] seus progressos tem sido taes, não obstante os tropeços, e entraves, que se dão entre nós, em semelhantes creações, que hoje é quem abastece o nosso consumo da carne de porco, de farinha, do milho, da manteiga, de todos os legumes; e da batata, chamada Ingleza, principalmente, de que avultada exportação se faz com vantagem do comercio, e das rendas provinciaes (SANTA CATARINA, 1850a, p. 12).

Trata-se da primeira colônia de imigração alemã do território catarinense, nascida em 1º de março de 1829. Segundo o estudo de Jochem e Alves (1999), foi fundada como resposta aos esforços para incrementar a imigração alemã durante o Império e instalar agricultores livres e “civilizados”, em regiões não ocupadas pelas grandes propriedades.

A outra fonte datada de 1850 também fornece elementos sobre o processo histórico. O Presidente da Província revela uma visão positiva sobre a imigração, destacando que o progresso econômico dos colonos permitia um excedente de produção nas suas propriedades, proporcionando satisfação e prosperidade, apesar de alguns percalços ligados às condições climáticas influentes no cultivo (SANTA CATARINA, 1850b).

A análise acresce novas informações, agora sobre a Colônia Itajahy, que tratam da sua fundação, organização espacial, composição da população e atividade econômica.

[...] continuando a medrar conta hoje entre Extrangeiros e Nacionaes 72 fogos<sup>6</sup> com 347 pessoas, sendo viúvos 3, cazados 128, e solteiros 216. Existem na Colonia 62 cazas de moradia, 21 engenhos de mandioca, e 11 de canna. [...] Crião aves domesticas, e alguns animaes [...]. A fertilidade do terreno convida a alli estabelecerem-se os que se dedicação á lavoura e em breve tempo se tornará uma rica Freguesia. (SANTA CATARINA, 1851, p. 9).

Consta o registro da Colônia Dom Affonso, empreendimento particular onde o conflito com indígenas, denominados por “bugres”, influenciou no ânimo dos colonizadores, pelo menos até a chegada do “destacamento de Pedestres”, que visava à proteção da área e dos novos moradores<sup>7</sup>. Contudo, mostrava progresso: “[...] tem a lavoura pela fertilidade do terreno, e pela propriedade dos pastos tido grande desenvolvimento, pois já produz mandioca, e legumes em abundancia, e cria não pequena porção de gado” (SANTA CATARINA, 1851, p. 10). Já a Colônia Blumenau era empreendimento recente: “Para essa nova colonia estabelecida no Itajahy chegarão em meados do anno passado 20 Colonos, mas por em quanto nada se pode avançar sobre sua prosperidade” (SANTA CATARINA, 1851, p. 11).

Passando a uma “Falla” do ano de 1852, observamos que o item Colonização descreve sobre a colônia Dona Francisca, até então não citada. O relato é minucioso, descrevendo a sua localização na geografia da Província e indicando a vinculação com uma empresa colonizadora de Hamburgo. (SANTA CATARINA, 1852).

Na fonte de 1854 há outros aspectos associados à dinâmica das relações humanas que a imigração implicava. São eles: a Colônia da Piedade continuava em decadência, tendo-se mudado 109 dos imigrantes alemães chegados em 1847; nas colônias de Itajahy, Dom Affonso e Santa Isabel não foram introduzidos novos colonos, mas graças aos casamentos e nascimentos, houve um aumento populacional; na Colônia Dona Francisca,

<sup>6</sup> O termo “fogo” é uma forma histórica utilizada como sinônimo de domicílio, edifício, habitação, morada, residência ou lar.

<sup>7</sup> Para tratar dos impasses e conflitos entre indígenas e não-indígenas - dentre esses os imigrantes europeus -, que desencadearam processos de resistência indígena na busca por sua sobrevivência étnica, cultural e religiosa, ver Wartha (2014).

“muitos” colonos estavam requerendo o título de Cidadão Brasileiro, o que foi permitido pelo artigo 3º da Resolução N. 712, de 16 de setembro de 1853 (SANTA CATARINA, 1854).

Destarte, especificamente quanto à naturalização, verificamos que esse movimento foi acolhido por imigrantes da Colônia Dona Francisca: “No anno proximo passado naturalisarão-se Brasileiros 74 Colonos, creou-se ali uma Subdelegacia, sendo o Subdelegado e Supplentes nomeados d'entre os naturalizados” (SANTA CATARINA, 1855, p. 9). Esse dado vai de encontro ao que indica Seyferth (1990, p. 80): “A naturalização era quase impossível, principalmente em face dos entraves burocráticos e de uma legislação que sempre foi desfavorável ao imigrante, qualquer que seja a época focalizada”. Pois verificamos que, naquela florescente colônia, a naturalização foi usada para incorporar os imigrantes às dinâmicas sociais e aos círculos de poder, e devido à ela alguns sujeitos receberam cargos de comando.

Essa mesma fonte menciona a peculiar Colônia Militar, criada em 1853 e alocada nas imediações da Villa de Lages. O mais característico é sua composição populacional, que principiou em janeiro de 1854 com 19 soldados, mas depois foi impactada pela deserção de três dos “soldados colonos”, chegando a dezembro com um diretor, que também era cirurgião, mais 51 “colonos militares” e 61 integrantes das diversas famílias, a maioria absoluta brasileiros, embora houvesse nove alemães (SANTA CATARINA, 1855, p. 10).

Uma das fontes revela as vicissitudes da colonização: uma grande enchente e prejuízos na colônia Blumenau:

As continuadas chuvas do anno findo [...] que elevou as águas a mais de 50 palmos acima do leito regular do rio, fizeram grande damno na colonia e suas immediações.

Algumas casas forão arrebatadas pela torrente, outras desabarão, as lavouras arrasadas ou areadas, as feitas logo depois da enchente destruidas por uma immensidade de lagartas. (SANTA CATARINA, 1856, p.10).

Encontramos outros detalhes sobre as colônias existentes no início da década de 1860. Sobre São Pedro de Alcântara, a escrita aborda aspectos socioeconômicos: “Tem hoje cêrca de 2,000 almas [...]. Produz todos generos de producção da província. Os colonos são abastados, e possuem bons estabelecimentos ruraes” (SANTA CATARINA, 1860, p. 10).



A respeito de Blumenau, após focalizar a significativa produção de sua lavoura, o texto revela outros tipos de trabalhos dos colonos, apresentados como “exercício de algumas artes e officios” - seleiros, marceneiros, boticário, pedreiros, ferreiros, construtores de carros, carpinteiros, sapateiros, construtores de engenho, tanoeiro, alfaiates e funileiro. Essas informações serviam para justificar que “A população é laboriosa e mesmo emprehendedora” (SANTA CATARINA, 1860, p. 11-12). Seguindo no exame da mesma fonte, verificamos que, embora a narrativa sobre a Colônia Dona Francisca também seja construída em torno de referências aos imigrantes como pessoas de grande apreço ao trabalho, àquela altura do desenvolvimento das forças econômicas e sociais, a população ativa não era caracterizada somente por colonos dedicados à lavoura, pois parcela da força laboral também exercia outras atividades: “O exercicio destas artes e officios absorve em si, da população da colonia, 991 pessoas, que formão a massa dos artistas e operarios e suas respectivas familias, alheios todos á agricultura” (SANTA CATARINA, 1860, p.14).<sup>8</sup> E a respeito de Theresopolis, até então não apresentada, tratava-se de um empreendimento do governo imperial, para o qual haviam sido destinadas terras no vale do rio Cedro, que estavam sendo preparadas para receber 40 famílias (SANTA CATARINA, 1860).

O relatório de 1870 contém críticas à colonização, destacando o isolamento dos imigrantes, que era devido a duas causas: a falta de vias de comunicação e o “exclusivismo da raça”; dessa forma, “[...] ha filhos de colonos nascidos na Provincia, que ignorão o nosso idioma. Algumas colonias são especie de estados encravados, conservando os habitantes sua lingua, suas tradiçoes, seus uzos e costumes” (SANTA CATARINA, 1870, p. 14-15). Quanto a essas evidências e à questão étnico-racial, Seyferth (2003) recorda que no final do século XIX, quando as colônias buscaram sair do seu isolamento e assumir o pleno exercício de cidadania, mas sem abrir mão de sua condição étnica, enfrentaram uma forte oposição, já que parcela de sua população era de estrangeiros não assimilados. Ou seja: “As colônias são chamadas de ‘quistos étnicos’” (Seyferth, 2003, p.31). Em acordo com esse juízo, compreendemos que o uso do idioma estrangeiro e a manutenção dos hábitos e costumes das terras de origem, em alguns momentos resultou num “enquistamento”.

---

<sup>8</sup> Naquele momento a população total era de 2475 pessoas, sendo 1309 homens e 1166 mulheres. Ademais, consideramos alguns dos dados sobre as diversas profissões e ocupações, que à época seriam majoritariamente exercidas por homens: 20 serradores de tábuas, 17 carpinteiros, 13 sapateiros, 13 pedreiros, 13 marceneiros, 9 construtores de engenhos e 8 alfaiates (SANTA CATARINA, 1860).

Contudo, encontramos outra exposição acerca das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes alemães, entre as quais constam os falecimentos e nascimentos durante a viagem de vinda, o que reforça nossa argumentação sobre as adversidades: “[...] chegarão a esta Província, procedentes de Hamburgo, 1,552 colonos; sendo para a colonia Blumenau 308, para a de Itajahy 302, e para a de D. Francisca 1,012, tendo fallecido durante a viagem 1 adulto e 29 creanças, e nascido 6” (SANTA CATARINA, 1873, p. 10). A par disso, identificamos referência a um problema da imigração para a colônia Itajahy-Brusque: os gastos elevados, quer para manter os colonos que lá estavam, seja para o envio das centenas de imigrantes, que acontecia quase mensalmente, resultando em barracões de recepção entulhados (SANTA CATARINA, 1877).

Noutra direção, o relatório de 1884 alega condições favoráveis para promover a colonização, trazendo como modelo a atividade das associações de Hamburgo e do Grão-Pará, responsáveis pela imigração para Tubarão e estrada Dona Francisca. Portanto, “[...] parece dever-se concluir que, em materia de colonisação, é notavelmente mais acertada a subvenção ás companhias do que a intervenção directa da administração” (SANTA CATARINA, 1884, p. 8). O texto ainda toma como exemplos as colônias mais antigas do norte de Santa Catarina, onde, de acordo com uma visita que o Presidente da Província havia realizado, o progresso era visível e a “maneira européa” diferia da tradição brasileira.

[...] deparei, por toda a parte, na immensa zona que percorri, com terras bem cultivadas, campinas amplamente providas de animaes, estradas e rios percorridos por numerosos vehiculos, revelando-se intensamente o movimento e a vida.

As povoações, villas e cidades, construidos á maneira européa, com architectura elegante, jardins bem cuidados, ruas largas e regulares, lançam agradavelmente uma nota differente no padrão tradicional das nossas construcções brasileiras. (SANTA CATARINA, 1884, p. 8).

O Relatório de 11 de outubro de 1887 discorre sobre o Serviço das Terras e Colonização, responsável por diversos fatores: pagamento de passagens; estatísticas de entrada, recepção e transporte; distribuição de lotes e de títulos provisórios; caminhos coloniais (estradas, picadões); dívida dos imigrantes; organização de plantas das ex-colônias, das terras devolutas e do patrimônio de Suas Altezas Imperiais; e do movimento da população (batizados, casamentos e óbitos) (SANTA CATARINA, 1887). Ali encontramos um detalhamento das despesas com o serviço de imigrantes chegados à Santa Catarina à

época, que totalizaram 25:970\$325, considerado o interstício entre novembro de 1885 e junho de 1887, evidenciando que a recepção, o agasalho, a alimentação e o transporte dos chegados eram dificultosos, sendo constantes os atritos quanto à seleção e contratação dos fornecedores desses serviços (SANTA CATARINA, 1887).

Melhor dizendo, as análises salientam as inconstâncias da colonização, relacionadas tanto aos locais de partida como àqueles do pretenso enraizamento dos imigrantes. Devido a tal problematização, têm sido frequente a discussão sobre quais critérios empregar para conceituar as colônias sob as perspectivas do seu êxito ou insucesso. Entendemos que uma das mais contributivas foi elaborada por uma comissão reunida no I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, que assim estabeleceu:

I – Aceitar, explicitamente, como critério de êxito ou insucesso de uma colonização, o fato de haver a colônia em causa atingido os objetivos ideais do conceito legal contido no art. 46 do decreto-lei nº 7967, de 18 de setembro de 1945, vigente, do seguinte teor:

“Art. 46 – Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, ao proveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais”.

II – Explicita que, no artigo acima transcrito, a idéia de fixação do elemento humano ao solo contém, implicitamente:

- a) A idéia de que se trata de uma colonização agrícola;
- b) A idéia de que deve haver sobrevivência da comunidade como tal, a sua continuidade através de geração sucessivas.

III – Explicitar que, no tocante à parte final do artigo transcrito e relativo ao aproveitamento econômico da região e à elevação dos padrões de vida de elemento humano, está contida implicitamente a idéia de assistência ao colono, assistência essa de todos os tipos e sem a qual não pode existir colonização. (SCHADEN; WILLEMS; NEIVA, 1966, p. 357-358).

Diante desses fundamentos, percebemos as conexões entre os conteúdos das fontes e o objetivo deste estudo. Para tanto, a seguir passamos à composição de outras análises, que levam à configuração de uma História Religiosa da Província de Santa Catarina no período entre 1840-1889.

## **2 CONFIGURANDO UMA HISTÓRIA RELIGIOSA: O “CULTO PÚBLICO” NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA (1840-1889)**

O Segundo Império, situado no âmbito cronológico entre 1840 e 1889, se refere ao período que tem Dom Pedro II como gestor. Como explica Figueiredo (2011, p. 134), tendo

assumido o trono do Brasil com apenas 14 anos, “Serviu ao Estado no longo e relativamente estável Segundo Reinado, entre 1840 a 1889, ano da Proclamação da República.”

Como decorrência, os eventos de natureza política, econômica, social e de elaboração da cultura que se davam no ambiente provincial estavam não apenas vinculados, mas condicionados aos ditames do poder central, diante do que admitimos haver uma série de conexões entre as dinâmicas históricas do ambiente particular de cada uma das províncias e o cenário brasileiro. De fato, como analisam Nogueira e Paula (2018), os presidentes de província integravam a elite política nacional que orbitava em torno do Imperador, e após a Independência se constituíram como um dos grupos responsáveis pela estabilidade do Estado imperial. Com base nisso foi estabelecida uma organização política específica: “Diferentemente das ex-colônias espanholas, que deram origem a vários estados republicanos, no Brasil adotou-se o regime monárquico, com governo civil estável, que centralizou todas as decisões nas mãos do Imperador, inclusive a nomeação para o cargo de presidente de províncias” (NOGUEIRA; PAULA, 2018, p. 627).

Uma vez que o conjunto de fontes analisado foi produzido por distintas gestões da Província de Santa Catarina, tomamos como ponto de partida uma “Falla” em que o administrador afirma que as questões religiosas estavam em péssimo estado, sendo que apelos foram encaminhados ao Governo Imperial, embora nenhuma providência houvesse sido tomada:

[...] nenhuma providencias se derão, porque ha mingoa de Sacerdotes no Bispado. Das desenove Parochias da Provincia, tres estão sem Parocho; seis são Parochiadas por estrangeiros; as dez restantes, tem cada huma hum Sacerdote, sendo destes só tres colados nas Freguezias da Cidade, São Joze e Tubarão. (SANTA CATARINA, 1841, p. 4).

Percebe-se que o “sistema religioso” provincial catarinense estava se configurando, apoiado na instituição de paróquias, o que era próprio da organização da Igreja Católica. Todavia, também se detecta que havia estrangeiros atuando em cargos de relevância, tais como o de pároco, o que pode ser lido à luz da dinâmica imigratória que instalou grupos de europeus. Ainda explorando esse relato, identificamos indícios de que se pretendia remediar esse cenário, o que foi encetado pela concessão de uma pensão para a ordenação de um “moço de esperanças”: “[...] fundando as Pensões que a Provincia possa pagar,

destinadas a socorrer nos Seminarios da Corte mancebos do Paiz de bons costumes e com alguma habilitação, que se dediquem ao Sacerdocio” (SANTA CATARINA, 1841, p. 4).

Também encontramos menções à “parte material do Culto”, que inclui os recursos para as compras de paramentos e vasos sagrados e, ainda, para o conserto de onze igrejas e a construção de outra, demandando “avultadissimo dispêndio” (SANTA CATARINA, 1841, p. 4). Ademais, há uma tabela com a “Demonstração da Despesa com o Culto Publico”, que discrimina os seguintes gastos: Gratificação ao Arcypreste (200\$000); Congrua a dezenove Parochos a 300\$000 reis, e mais 200\$ reis ao Vigario Collado de Sao Francisco (total de 5:900\$000); Coadjutor na Cidade (100\$000); guisamentos (333\$000); duas pensões a habilitandos para o Sacerdocio (400\$000); reparos nas Igrejas Matrizes (12:000\$000); paramentos e Vazos Sagrados (3:000\$000); resultando a rubrica total em 21:933\$000 (SANTA CATARINA, 1841). Portanto, eis os investimentos na constituição do sistema religioso da Província de Santa Catarina naquele momento, vinculados exclusivamente à Igreja Católica, que havia sido declarada como oficial pela “Constituição Politica do Imperio do Brazil”, de 25 de março de 1824, especificamente no seu Artigo 5 (BRASIL, 1824).

Entendemos que, ao examinar tais indícios, reunimos elementos para erigir a História Religiosa de Santa Catarina correspondente ao período do Segundo Império, porque o arranjo histórico das ações humanas, assim como a elaboração de uma infraestrutura a serviço da religiosidade, forjou estratégias de construção do espaço público. Buscamos evidenciar que esse engendramento também esteve sujeito às influências da imigração alemã. Esse mosaico de perspectivas nos leva a salientar a vinda para a capital da Província de missionários oriundos da Argentina, a quem a população buscava com devoção:

Acham-se porém na Provincia tres Ecclesiasticos Hespanhóes vindos de Boenos-Ayres, que me foram recommendados pelo Exm. Sr. Bispo Diocesano, e que auctorisados por este Prelado abriram Missão na Provincia , tendo ja pregado em todas as Freguezias da Ilha, onde o povo concorreo sempre com fervor, e devoção a ouvil-os, e é de crer que bons frutos se terão colhido de tão santos trabalhos [...] (SANTA CATARINA, 1844, p.11).

Isso desvela a diversidade da vida social em Santa Catarina naqueles tempos, com destaque para a hegemonia do catolicismo enquanto denominação religiosa oficial balizadora das relações dos indivíduos, coletivos e instituições. Por isso, atentamos para



um informe onde consta que a Província “[...] continú a gozar de plena tranquillidade, e que n'ella reina a paz e a ordem”, mas que também manifesta um aspecto contraditório, pois alude ao trágico enfrentamento com indígenas, pejorativamente chamados de “bugres”, que foi combatido com a organização da “Companhia de pedestres”:

O gentio Bugre fez uma das suas incursões sanguinarias este anno no logar das Pissarras, Districto d'Itapacoroy, em que tivemos de lamentar a morte de uma mulher e de um seu filho menor, sendo porém os barbaros perseguidos pelos moradores, foram battidos deixando alguns mortos. A esse tempo principiava eu a organizar a Companhia de Pedestres, mandada crear nesta Província pelo Governo Imperial por Decreto de 27 de Junho do anno passado, accedendo á vossa requisição, que foi immediatamente attendida e fazendo logo marchar para aquellas immediações as praças disponíveis da Companhia, não houve mais noticia de apparição do gentio (SANTA CATARINA, 1844, p. 2-3).

A ocupação das terras requeria a lida com diversos obstáculos, como nos enfrentamentos dos colonos com os povos indígenas, aspecto destacado por um analista da colonização: “Localizados em áreas indígenas, tais colonos contribuíram para a eliminação de populações indígenas” (DREHER, 1994, p. 101).

Vemos também que a religião tinha ingerência na instrução pública, como explica a descrição de um concurso a ser realizado devido à abertura da Escola Modelo na capital e à necessidade de habilitação de professores interinos. Dentre os conhecimentos exigidos para a aprovação, constam princípios da religião oficial.

[...] foram julgados pelo Professor da Escola da Cidade [...] cabalmente habilitados em ler e escrever pelo methodo Lancasteriano, nas quatro operações de arithmetica, quebrados, decimaes e proporções; em grammatica da Lingoa nacional; e nos principios da moral Christã, e da Religião do Estado (SANTA CATARINA, 1844, p. 5).

A instalação de lugares de culto, que serviam como reforço espiritual na colonização, é outro fator componente do sistema religioso. Tal perspectiva se expressa na construção de uma pequena capela em Santa Izabel: “Estes colonos levantarão uma ermida onde nos Domingos, e Dias Santos concorrem a fazer suas orações (SANTA CATARINA, 1850b, p. 13). Outra atividade de fundo religioso coletivo aparece no item “Diversos objectos”, do documento de 1856, em que consta um pedido para erguer uma capela em honra de São Sebastião, exprimindo a religiosidade católica: “Requerendo-me

alguns devotos licença para erigirem na Praia de Fóra uma capella ao glorioso martyr S. Sebastião, tendo elles já a do diocesano, a concedi” (SANTA CATARINA, 1856, p. 33).

A fonte de 1851 apresenta como anexo o “ORÇAMENTO da Despesa da Província de Santa Catharina para o anno financeiro e exercício de 1851 a 1852”, constando que a despesa total com o “Culto Publico” seria de 9:700\$000, sendo elencados diferentes aspectos da configuração do sistema religioso provincial (SANTA CATARINA, 1851).

Apesar do caráter oficial do catolicismo, constatamos que a composição religiosa da Província de Santa Catarina também foi influenciada pela penetração e expansão do protestantismo, notadamente do Luteranismo trazido por significativa parcela dos imigrantes alemães. Para essa abordagem vamos ao encontro das pesquisas de Santos e Cecchetti (2018), que discutem a introdução do pensamento e da fé luterana nas regiões meridionais brasileiras na segunda metade do século XIX, diante de uma série de obstáculos para a efetiva prática de uma religião protestante.

Os fundamentos dessa proposição são nutridos pela análise de diversas fontes. Como exemplo, a documentação sobre a Colônia Dona Francisca, que foi criada em 1851, revela um estado da religiosidade dado pela coexistência da religião oficial com o protestantismo: “Tem havido na Colonia 6 cazamentos e um nascimento. São Catholicos 10, os mais Protestantes. Ha entre os Colonos um Pastor” (SANTA CATARINA, 1852, p.9). Outra afirmação atinente àquela colônia desvela o predomínio de protestantes entre a população: “No centro da Colonia existe um Medico e dous Boticarios, um Pastor, e um Professor de primeiras Lettras. Só 26 colonos são catholicos, todos os mais protestantes” (SANTA CATARINA, 1853, p. 8).

Um conjunto de dados congêneres, que trata da composição populacional, incluindo o pertencimento religioso, indica que há o total predomínio de adeptos da “Igreja Evangelica”<sup>9</sup>, mas também alude à preocupação com a aprendizagem da língua vernácula entre os colonos. Isso fica revelado nas estatísticas sobre a Colônia Blumenau presentes numa fonte de 1853:

---

<sup>9</sup> O uso da palavra “evangélica” para se referir à religião protestante luterana no Brasil é historicamente recorrente. Inclusive, foi empregado na denominação das duas distintas vertentes associativas instituídas, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

No anno findo chegarão da Europa para essa colonia 104 pessoas, e com 30 introduzidas anteriormente deveriao existir 134 [...]. Conta actualmente 104 inclusive dous nascidos na colonia, todas pertencentes á Igreja Evangelica. [...] O Professor está estudando a língoa do Paiz para a ensinar aos colonos. (SANTA CATARINA, 1853, p. 8).

Através do exame da fonte de 19 de abril de 1854 nos certificamos de que, apesar da penetração do protestantismo em algumas das colônias, praticamente todos os investimentos provinciais se referem à infraestrutura e pessoal que sustenta o catolicismo, tais como a criação de nova freguezia, o provimento de párocos, as obras em diversas matrizes e a construção e reparos em capelas (SANTA CATARINA, 1854). A movimentação com o provimento de párocos e as obras com os templos é uma constante histórica, incrementando o atendimento religioso dos católicos.

[...] collarão-se nas Igrejas de S. Miguel, da Santissima Trindade, da Lapa do Ribeirão, da Conceição da Lagoa, e das Necessidades de Santo Antonio, os Reverendos Manoel Amancio Barreto, Francisco Luiz do Livramento, José Martins do Nascimento, Bernardo Antonio da Silva e Francisco Pedro da Cunha. Temos pois 11 igrejas colladas, 7 com parochos encommendados, 10 sem Parochos, mas parochiadas pelos Vigarios da 3 Freguezias mais visinhas. [...] Tem tido maior andamento as Matrizes de Lages, e de São Pedro de Alcantara (SANTA CATARINA, 1859, p. 6-7).

O Relatório de 1860 sumariza a divisão judiciária e eclesiástica da Província, que pode ser entendida como mantenedora das instituições sociais necessárias à organização da vida pública.

A provincia se divide em 5 comarcas e 1 municipio, contendo 33 freguezias. As comarcas estão providas de juizes de direito e os municípios teem juizes municipaes letados.

Das 33 freguezias estão providas de vigarios collados 11, encommendados 8 e existem vagas 14, sendo destas 10 parochiadas pelos vigarios das mais vizinhas. (SANTA CATARINA, 1860, p. 4-5).

No relatório apresentado em 1863 há algumas especificidades das colônias existentes, sobre o que elaboramos breve apanhado, demarcando alguns parâmetros dos contextos político-econômicos e socioculturais que emolduram as relações entre a imigração alemã e a religião.

Sobre a Colônia *Theresopolis*, a descrição explícita a espacialidade, que é dada pelas edificações existentes e associada às suas finalidades sociais: “A séde da colenia [sic] contém 20 casas pouco mais ou menos formando uma pequena povoação [...]. Os dous

unicos edifícios publicos que alli se encontram são a casa do Director e a da escola, que ora serve de templo aos protestantes” (SANTA CATARINA, 1863, p. 24).

Notadamente quanto à Santa Izabel, fala-se de um embate entre um grupo de prósperos colonos e o diretor da colônia, em que a construção e manutenção de uma “casa de oração protestante” e da residência do pastor figuram como fator de discórdia; em função disso, o Presidente expressou o seu temor quanto às desavenças: “Asseguro a V. Ex.<sup>a</sup> que tenho procurado pôr termo a este estado de cousas, que a continuar por mais tempo, pode até degenerar em discórdia religiosa” (SANTA CATARINA, 1863, p. 27).

Doravante focalizamos aspectos das duas maiores colônias instituídas no período do Segundo Império, Blumenau e Dona Francisca. De acordo com registro de 1863, Blumenau apresentava a seguinte demografia: 2251 habitantes, dos quais 1173 homens e 1078 mulheres; 1582 “maiores” e 669 “menores”; 808 casados, 77 viúvos e 1366 solteiros; 326 católicos e 1925 “evangélicos”; além disso, alguns dos dados relacionados, como 82 nascimentos, a realização de 17 casamentos - sendo 3 católicos e 14 protestantes - e o falecimento de 27 pessoas, apontam a necessidade de serviços religiosos de ambas as confissões (SANTA CATARINA, 1863, p.30). Quanto à colônia Dona Francisca, o relatório provincial evidencia que era o maior empreendimento de colonização germânica: havia 3673 habitantes, com um total de 1878 homens, distribuídos em 730 casados, 295 solteiros, 821 meninos e 32 viúvos; eram 743 casadas, 214 solteiras, 797 meninas e 44 viúvas, num total de 1798 mulheres; juntamente, aparece a distinção entre 2993 estrangeiros e 683 naturalizados; além disso, há o registro de que “Nasceram [...] 143, e faleceram 37” (SANTA CATARINA, 1863, p.34). Portanto, havia muitas crianças a serem formadas pela religião. Sobre o pertencimento religioso, consta que havia 685 católicos e 2991 protestantes; e quanto aos ritos já instituídos, verificamos uma distinção: “Houve 7 cazamentos catholicos, e 20 protestantes” (SANTA CATARINA, 1863, p.34).

Os estudos de Klug (1994), dedicados às conexões entre a imigração alemã e o luteranismo em Santa Catarina, evidenciam que a expansão dessa vertente do protestantismo partiu de Joinville, Blumenau e Santa Izabel, sendo que “Essas áreas, por sua vez, com o afluxo de novos imigrantes, foram se povoando e desdobrando em novas colônias e linhas coloniais, originando então dezenas de novas comunidades” (KLUG, 1994, p. 73). Apesar disso, houve uma forte oposição ao protestantismo, que impactou na

ampliação da quantidade de imigrantes, relacionada à ausência de garantias de liberdade de culto para o imigrante de confissão não católica, o que, segundo Klug (1994, p.73), impactou nas conexões entre a vida civil e religiosa: “Questões como casamentos, registros de nascimento, sepultamentos em cemitérios públicos eram problemas que estavam pela frente, a serem resolvidos”.

Ainda segundo Klug (1994), a assistência religiosa foi uma das preocupações iniciais do Dr. Blumenau nos primeiros tempos da colônia que leva seu nome, pois ele se empenhou para que um pastor subvencionado pelo governo imperial ali se fixasse, o que ocorreu com a chegada do Pastor Rudolph Oswald Hesse, em 1857. Acrescenta-se ainda que, tendo o Pastor Hesse atuado não apenas em Blumenau, mas também visitado com certa regularidade outras colônias alemãs, exerceu uma influência significativa nos primórdios da Igreja Luterana em Santa Catarina. Segundo ratifica Klug (1994, p.84-89), ele contribuiu para modelar a cosmovisão nas comunidades luteranas, o que foi efetivado através de um conjunto de práticas socioculturais: pregações, avisos e recomendações para os fiéis, como para que trouxessem seus hinários para os cultos, incentivando o canto e a música como elementos formativos; oferta de aulas de doutrina para as crianças de 11 a 14 anos de Blumenau, a partir de 1858; e estímulo à conquista de direitos civis, como a validade dos casamentos celebrados por sacerdotes protestantes.

Quanto à institucionalização do protestantismo na Colônia Dona Francisca, Klug (1994, p.75) afirma que nessa região foi organizada a primeira comunidade luterana de Santa Catarina, pois os imigrantes receberam o seu pastor em dezembro de 1851, enviado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Porém, o Pastor Jacob Daniel Hoffmann, que viera para permanecer por três anos, ficou somente um ano e meio, considerando as “primitivas condições” e a baixa remuneração, o que evidencia que os primórdios foram marcados por diversas dificuldades, como a alta mortalidade:

Nesse ano e meio de existência, a igreja registrou 39 batizados, 34 confirmações, 37 casamentos e 49 sepultamentos, o que evidenciava a necessidade dos primeiros imigrantes conviver de perto com a realidade da morte em seu meio, que não apenas ceifava vidas, mas também ânimo e forças (KLUG, 1994, p. 75-76).

Sobre a institucionalização da comunidade luterana na colônia dona Francisca, Klug (1994) informa ainda que, a partir de junho de 1854, com a chegada do pastor Georg



Hoelzel, considerado um bom guia espiritual e professor, tomou corpo a iniciativa de construção de prédios para a casa paroquial, a escola e a igreja, em função do associativismo entre autoridades civis e eclesiásticas, envolvendo recursos financeiros dos governos imperial e provincial, da Sociedade Colonizadora, da Direção da Colônia e de um comitê com membros selecionados dentre a comunidade. Portanto, a demografia de Blumenau e de Dona Francisca indica a convivência de duas confissões distintas.

Entretanto, segundo afirmam os estudos de Dreher (1994), os diversos elementos que são vinculados à imigração alemã necessitam ser analisados à luz de uma concepção que admite os “protestantes” como indivíduos inseridos numa política de colonização específica, que formou uma população marginal. Ademais, há que se considerar uma sucessão de fatos, cujo encadeamento histórico começou em 1824 e que marcou essas pessoas. Primeiro, o luteranismo surgiu em grupos transplantados no contexto político colonial e imperial brasileiro, mediante razões que geraram reações dos outros segmentos da população, assim como de agentes da organização econômica:

[...] o transplante dos luteranos se deu no contexto da política racista do governo português de D. João VI e, mais tarde, do governo imperial brasileiro de branquear a raça. [...] inseridos no modelo da pequena propriedade, à qual não se permitiu a posse de escravos, os colonos tiveram que ter muitos filhos para concorrer com o latifúndio movido a braço escravo. [...] é importante mencionar ainda a valorização fundiária ocorrida no Brasil Meridional em função do trabalho do colono imigrante. [...] foram usados como mão-de-obra para a construção de estradas. (DREHER, 1994, p. 100-101).

Os argumentos mencionam a localização dos imigrantes na geografia brasileira como um dos elementos que, além do sistema de trabalho e da diferença religiosa, implicavam numa certa marginalização. Conforme Dreher (1994, p. 101):

[...] o fato de haverem sido localizados em áreas geograficamente isoladas, nas quais surgiram povoações homogêneas sob o ponto de vista étnico e linguístico. Seu sistema de trabalho também era distinto, representando novidade: pessoas brancas e livres trabalhavam a terra, coisa que até então fora feita apenas pelo escravo. [...] essa marginalidade ainda vai ser acentuada, no caso dos luteranos [...] são dissidentes religiosos. Não estão integrados à vida religiosa da maioria da população. Legalmente são apenas tolerados, como reza o artigo 5º da Constituição do Império. Seus matrimônios não serão reconhecidos, seus filhos serão ilegítimos, seus mortos não poderão ser sepultados com os demais mortos.

A constituição da História Religiosa de Santa Catarina referente aos tempos do Segundo Império dialoga conta essa argumentação, assim como não pode renunciar à sua

Íntima relação com os elementos componentes do sistema religioso que, conforme Julia (1988), transformam tanto a religião como o sentimento religioso: a densidade populacional, as formas de comunicação, a mistura racial, os antagonismos de gerações, de classes e de nações, assim como as distinções de base técnico-científica.

Por conseguinte, num ambiente hegemonicamente católico, os sentimentos religiosos dos luteranos foram fator importante para que suportassem as provações. De acordo com Fischer (1984, p.60), a difusão da fé e dos fundamentos religiosos de Lutero se deu por três vias: mediante a Bíblia em língua alemã que os imigrantes trouxeram; por meio de seus hinos, que durante muito tempo foram cantados em alemão, presentes tanto nos hinários usados nas regiões de origem como nos impressos no Brasil; e através da imagem de Lutero que era compartilhada pelos imigrantes e seus descendentes, transmitida oralmente nas prédicas e nos ritos religiosos como a comunhão e a confirmação.

Constatamos, portanto, a importância das instituições religiosas para a organização da vida em sociedade: “Surgiram freguezias, vilas e cidades - as melhores e mais correctas. A população cresceu em mais de 30 mil almas, como se pode crer por haver só no municipio de Blumenau 18 templos para os cultos catholico e protestante” (SANTA CATARINA, 1886, p.207-8). Por outro lado, ao informar que na Província havia 53 paróquias, mas somente 36 já estavam canonicamente providas, a administração manifestou seu incômodo, uma vez que julgava a ausência de provimento paroquial um empecilho ao cultivo da espiritualidade (SANTA CATARINA, 1886).

Ainda julgamos necessário destacar o título “Catechese”, que aborda o relacionamento com as populações indígenas. O texto relata a dispensa, por ordem do Governo Imperial, do capuchinho Frei Luiz de Cimitile, que cuidava de “[...] quatro pequenos índios botocudos, que estavam em companhia d’aquelle sacerdote, como meio de atrahir os selvagens” (SANTA CATARINA, 1887, p. 343). Quanto à política catequética, defende-se a necessidade de estabelecê-la em outros pontos da Província, apesar das dificuldades de catequisar alguns povos, porque demonstravam hostilidade, fugiam às investidas dos colonizadores ou eram errantes, sendo que a solução seria investir no povoamento (SANTA CATARINA, 1887).

Mas os confrontos continuavam, pois a colônia Grão-Pará vinha sendo constantemente atacada por “índios selvagens”, que feriram gravemente um homem, o

que originou uma violenta reação dos colonos, que reunidos foram “[...] em busca dos indígenas, e, encontrando no matto um de seus ranchos, o atacaram, resultando a morte de um indigena e o aprisionamento de trez crianças, que se acham entregues aos cuidados da familia do director da mesma colonia” (SANTA CATARINA, 1889, p. 20).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ratificamos que o processo de imigração e colonização alemãs para Santa Catarina foi concebido pelas autoridades sob a máxima “colonizar e prosperar”. Isso justifica a narrativa predominantemente otimista por parte dos presidentes da Província quanto ao movimento migratório e à provisão de recursos financeiros para o progresso das colônias.

Sobre a constituição de uma História Religiosa da Província de Santa Catarina referente ao âmbito cronológico entre 1840 e 1889, a caracterização das componentes do sistema religioso, construída por meio da análise das fontes e do diálogo com referenciais diversos, escrutina o fenômeno da imigração alemã para o Brasil no século XIX, permitindo sua sistematização epistêmica.

Deste modo, quanto à densidade da população, verificamos que, em uma província majoritariamente católica, a instalação de imigrantes alemães protestantes luteranos trouxe impactos nas conexões entre a vida civil e religiosa, especialmente no reconhecimento dos casamentos, registros de nascimento e sepultamentos. Sobre as formas de comunicação entre os sujeitos, a instalação da maioria das colônias em áreas isoladas da geografia catarinense resultou, sobretudo nos primórdios da colonização, numa espécie de “enquistamento”, que teve por base distinções de hábitos e costumes, acentuadas pelo predomínio do uso de outro idioma entre os imigrantes. Dessa maneira, as relações entre a população nacional e a imigrante foram afetadas em sua capacidade comunicativa.

Ademais, as questões étnico-raciais também necessitam ser consideradas na análise dos fatores constituintes dos sistemas e sentimentos religiosos. Tal aspecto contribuiu para o estabelecimento de antagonismos entre os distintos grupos populacionais, que são conexos às diferenças de classe e expressos pelos diferentes estágios de domínio técnico-

científico aplicados à organização da força de trabalho, seja entre os imigrantes alemães ou em comparação com os outros indivíduos ativos nas relações socioeconômicas.

Além disso, aponta-se para a marginalização de grupos de imigrantes alemães, pelo fato de serem luteranos em uma nação onde o catolicismo era a religião oficial. Por conseguinte, não gozavam de subvenção estatal para construir seus templos religiosos e manterem seus pastores, já que os investimentos provinciais se destinavam à sustentação do catolicismo. Isso gerou forte oposição aos acatólicos, nutrida na ausência de liberdade de culto em uma monarquia sustentada pelo poderio da Igreja Católica.

Mas a construção do espaço público no ambiente provincial sofreu influências da imigração alemã que, alojadas em meio a um processo colonizador, gerou novas relações no âmbito das práticas religiosas, que paulatinamente incorporaram o protestantismo à teia de relações sociais hegemonicamente católicas.

Finalmente, lembramos das limitações para o tratamento da temática e ensejamos que, dada a importância das instituições religiosas para a organização da vida em sociedade, futuros trabalhos contribuam para o debate sobre a complexa constituição da História Religiosa de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil** (de 25 de março de 1824). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em 30 maio 2021.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p.87-110.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Império à República Velha. **Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, n. 26, segundo semestre 2011, pp.119-145.

FISCHER, Joachim. Quem é Lutero no Brasil? In: DREHER, Martin N. (Org.). **Reflexões em torno de Lutero**. V.II. São Leopoldo, 1984. p.53-77.

JOCHEM, Toni Vidal; ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois... 1829-1999**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

JULIA, Dominique. História religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.106-31.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; PAULA, Dalvit Greiner de. A presidência de província e a instrução pública como fatores de ampliação do espaço público no Império brasileiro. **Cadernos de História da Educação**, v.17, n.3, p.627-649, set./dez. 2018.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1841.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Graduado Antero Jozé Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1842.

SANTA CATARINA (Província). Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1844.

SANTA CATARINA (Província). Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1846.

SANTA CATARINA (Província). Falla, que o Presidente da Provincia de Santa Catharina o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1847.

SANTA CATARINA (Província). Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. Severo Amorim do Vale, Vice-Presidente desta Provincia, entregou a administração da mesma Provincia ao Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, 1850a.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa Provincial, 1850b.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia, o Exmo. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1851.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1852.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Provincia, 1853.



SANTA CATARINA (Província). Relatório que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Província, 1854.

SANTA CATARINA (Província). Relatório que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da mesma Província, 1855.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa Provincial, 1856.

SANTA CATARINA (Província). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho dirigio á Assembleia Legislativa Provincial, 1859.

SANTA CATARINA (Província). Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina Francisco Carlos de Araujo Brusque apresentado á Assembleia Legislativa Provincial, 1860.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentando ao Exmo. 1º. Vice-Presidente da Província de Santa Catharina o Commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo Presidente o Conselheiro Vicente Pires da Mota, 1862.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentando ao Exmo. 1º. Vice-Presidente da Província de Santa Catharina o Commendador Francisco José d'Oliveira pelo Exmo. Presidente Pedro Leitão da Cunha, 1863.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentando á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão ordinaria do 1º. de março e Falla dirigida á mesma Assembleia na sessão extraordinaria de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 1866.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentado pelo 2º. Vice-Presidente de Santa Catharina o Exmo. Sr. Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão ao Presidente o Exmo. Sr. Dr. André Cordeio de Araujo Lima Por ocasião de passar-lhe a administração da mesma, 1870.

SANTA CATARINA (Província). Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira Passou a administração da Província de Santa Catharina ao 4º. Vice-Presidente o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello, 1873.

SANTA CATARINA (Província). Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1884 pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva, 1874.

SANTA CATARINA (Província). Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo 1º. Vice-Presidente passou a administração da Província de Santa Catharina o Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, 1877.

SANTA CATARINA (Província). Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da Província de Santa Catharina o Exmo. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1º. Vice-Presidente, 1878.

SANTA CATARINA (Província). Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina, 1884.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1ª. sessão de sua 26ª. legislatura pelo Presidente Dr. Francisco José da Rocha, 1886.

SANTA CATARINA (Província). Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª. sessão de sua 26ª. legislatura pelo Presidente Francisco José da Rocha, 1887.

SANTA CATARINA (Província). Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catharina o Dr. Coronel Augusto Fauso de Souza, 1889.

SANTOS, A. V. As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica. **Acta Scientiarum. Education**. v. 36, n. 2, p. 233-242, July-Dec., 2014.

SANTOS, A.V.; CECCHETTI, E. A presença de Lutero no Brasil: o poder da fé, a imigração alemã e a educação. **Comunicações**, v. 25, n. 2, p. 283-305, maio-ago 2018.

SCHADEN, Egon; WILLEMS, Emílio; NEIVA, Arthur Hehl. Critérios para a conceituação das colônias sob o ponto de vista do seu êxito ou insucesso. In: Colóquio De Estudos Teuto-Brasileiros, 1, 1963. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966, p.357-358.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. Unisul, 2003, p. 21-61.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

WARTHA, Rodrigo. História e povoamento do vale do Itajaí: um território em disputa. In: OLIVEIRA, Lilian B.; KREUZ, Martin; WARTHA, Rodrigo (Orgs.). **Educação, história e cultura indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí**. Blumenau: Edifurb, 2014. p. 47-62.

Enviado em: 14-06-2021

Aceito em: 20-07-2021

Publicado em: 26-09-2021

25